

ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ / MATO GROSSO (PMC/MT)

LUCIARDO, Renildes O. ¹; BORGES, Fernando T. M. ²; AGUIAR, Einstein Lemos de ³

RESUMO

Este artigo objetiva-se a descrever uma análise dos balanços públicos da Prefeitura Municipal, da cidade de Cuiabá, através das contas públicas disponibilizadas no site da Prefeitura, para identificar o grau de liquidez, da receita própria, do endividamento público, e dos gastos com pessoal e os investimentos, sob a ótica do 'Índice FIRJAN' e seus reflexos econômico-financeiros. O 'Índice FIRJAN' (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) de Gestão Fiscal (IFGF) tem como base de dados as estatísticas oficiais disponibilizados, anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, constitui-se também como um repositório de cenários com dados orçamentários e patrimoniais dos municípios brasileiros, que serve de estímulo para análise da cultura de responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitam o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos. A metodologia adotada para a concretização da pesquisa foi de caráter exploratório, com o objetivo de responder à possíveis hipóteses relacionados aos fatos, através da análise de indicadores, mediante abordagem horizontal dos Balanços Orçamentários, Financeiros, Patrimonial e de demais demonstrativos das receitas e despesas, dos exercícios financeiros dos anos de 2008 a 2011. Verifica-se neste trabalho que os melhores desempenhos entre as capitais brasileiras foram as cidades de Porto Velho, Vitória e Porto Alegre. E com o pior desempenho, também única a apresentar conceito D, de gestão crítica, no resultado geral, foi à cidade de Cuiabá.

Palavras chave: accountability. Indicadores públicos. Indicadores de desempenho. Contabilidade pública.

ABSTRAT

The 'Index FIRJAN' (Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro) Fiscal Management (IFGF) based on official statistics data provided annually by the National treasury, constitutes itself as a repository of scenarios and budget data property of municipalities, serving as a stimulus for the analysis of administrative culture of accountability through indicators that enable the improvement of decisions concerning the allocation of public resources. It was this work that the best performances among Brazilian capitals were Porto Velho, Vitoria and Porto Alegre and the worst performance among the capitals and the only one to present concept D, management critical to the overall result was the city of Cuiabá. Thus, this paper aims to describe an analysis of public statements in the site /URL of Cuiabá through the public accounts available at the City identifying the behavior of the degree of liquidity, own income, public debt, and expenses for staff and investments from the perspective of the 'Index FIRJAN'.

Key-Word: accountability - indicators public - performance indicators - public accounting.

1 Contadora, Mestre em Ciências Contábeis e atuariais pela PUC/SP, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Controladoria, Desenvolvimento, Sociedade e Meio Ambiente e professora da UFMT.

2 Economista, Doutor em História Social pela USP, Líder de Grupo de Pesquisa. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.

3 Membro do Grupo de Pesquisa em Controladoria, Desenvolvimento, Sociedade e Meio Ambiente e Doutor pela COPPE/UFRJ - Prof. Dr. do departamento de Administração da UFMT.

INTRODUÇÃO

Devido a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) tornar público⁴ uma pesquisa divulgando indicadores que possibilitam uma análise de como uma gestão pública pode tornar-se eficiente e democrática, e também servir como uma ferramenta de accountability, e estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos, bem como o maior controle social da gestão fiscal dos municípios,. Mediante o exposto, torna-se possível efetuar análises variadas e fazer conjecturas ou confirmações de fatos coerentes com os modelos de gestão públicas praticados nas prefeituras das capitais brasileiras.

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) tem como base de dados as estatísticas oficiais disponibilizadas, anualmente, pela Secretaria do Tesouro Nacional, constituídas por informações orçamentárias e patrimoniais prestadas pelos próprios municípios.

A FIRJAN avaliou 5.266 cidades brasileiras, que representa 96% da população brasileira. Onde, dentre os 5.565 municípios do país, 297 prefeituras não dispunham de dados na base de dados do Tesouro Nacional, ou estes dados não eram consistentes até o fechamento desta pesquisa, em setembro do ano passado apesar da determinação da lei.

O IFGF foi elaborado por três anos com base nos resultados fiscais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no diálogo com gestores públicos e nas informações contidas na literatura acadêmica. Na concepção do Índice buscou-se identificar o desafio da gestão fiscal municipal na alocação dos recursos, tendo em vista as restrições orçamentárias com as quais se deparam as prefeituras brasileiras.

O IFGF foi modelado por meio de cinco indicadores: Receita Própria, Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida.

A leitura do IFGF é representada por valores contínuos no intervalo de 0 (mínimo) a 1 (máximo). O procedimento metodológico utilizado, estabelecido uma escala conceitual que norteia a valorização do índice IFGF:

4 <http://www.firjan.org.br/IFGF>

- a) Resultados superiores a 0,8001 pontos aplica-se conceito A ⇔ Gestão de Excelência.
- b) Resultados compreendidos entre 0,6001 e 0,8000 pontos aplica-se conceito B ⇔ Boa Gestão.
- c) Resultados compreendidos entre 0,4001 e 0,6000 pontos aplica-se conceito C ⇔ Gestão em Dificuldade
- d) Resultados inferiores a 0,4000 pontos aplica-se conceito D ⇔ Gestão Crítica.

O índice (IFGF) não se restringe a uma fotografia anual, pois é possível ter uma comparação ao longo dos anos, o que torna possível especificar, com precisão, se uma melhoria relativa de posição em um ranking se deve a fatores específicos de um determinado município ou à piora relativa dos demais.

Pergunta-se de que forma os conhecimentos contábeis aplicados ao setor público poderá contribuir na gestão pública municipal para auxiliar a tomada de decisão durante a execução orçamentária?

Tendo como base o IFGF, este estudo objetiva-se a descrever uma análise das contas públicas da cidade de Cuiabá, a fim de verificar sob o enfoque contábil, a veracidade dos fatos e identificar o que está causando o desequilíbrio das contas públicas, identificando desta forma, dentre as técnicas contábeis aquela que melhor se aplica na fase de execução para auxiliar os gestores públicos na uma tomada de decisão.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENFOQUE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Sendo que seu objetivo é disponibilizar aos usuários, informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

O ‘Fim da Contabilidade’ é a geração de relatórios úteis aos seus usuários, os quais descrevem o resultado final do processo de escrituração, mediante todo um trabalho de acumulação de registros e dados sistematicamente classificados, constituindo-se na

Rotina Contábil de qualquer organização. Com base nessa concepção, tem-se a seguir um demonstrativo desse sistema.



Figura 01 – Ciclo Contábil

Fonte: Elaborado pelos autores

A contabilidade para gerar as demonstrações contábeis, utiliza-se de técnicas contábeis, como a técnica de escrituração, que consiste no registro dos fatos que influem na composição patrimonial. Os registros contábeis são operacionalizados e geridos de forma analítica, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com o uso da metodologia científica denominada Método das Partidas Dobradas.

As demonstrações contábeis, utilizadas pelas administrações públicas nos municípios brasileiros, até o ano de 2012, são amparas pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964. E, de acordo com o artigo 101 da referida lei, os demonstrativos principais a serem divulgados, os quais são objetos de análise desta pesquisa, a saber:

- a) Balanço Orçamentário – Definido no art. 102 da Lei 4.320/64, apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto respectivamente, com as receitas arrecadadas e com as despesas realizadas. Nele se obtém:

I. A economia orçamentária: apurada entre a diferença da despesa realizada e a despesa fixada (e esta for positiva).

II. O superávit orçamentário: ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita arrecadada.

III. O déficit orçamentário: ocorre quando a despesa realizada é maior que a receita arrecadada.

IV. O excesso de arrecadação: ocorre quando a receita arrecadada é menor que a receita estimada.

V. Insuficiência (frustração) de arrecadação: ocorre quando a receita arrecadada é menor que a estimada.

- b) Balanço Financeiro – Conforme art. 103 da Lei 4.320/64: o Balanço Financeiro apresenta a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- c) Balanço Patrimonial – Conforme art. 105 da Lei 4.320/64 é o demonstrativo que evidenciará a posição das contas que constituem o Ativo e o Passivo. O Ativo demonstrará a parte positiva, representada pelos bens e direitos; o Passivo representa os compromissos assumidos com terceiros. O equilíbrio numérico do Balanço é estabelecido pelo Saldo Patrimonial positivo ou negativo. Art. 105 § 5º da Lei 4.320/64 - nas contas de Compensação serão registrados os bens, valores, obrigações que de imediato não produzirá nenhuma variação no patrimônio e estas comporão o Balanço Patrimonial.
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais – Conforme art. 104 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. É um demonstrativo contábil dividido em duas seções: Variações Ativas e Variações Passivas onde são distribuídos os elementos que alteram o patrimônio durante o exercício. Dependendo das variações teremos déficit ou superávit, que corresponde ao Resultado Patrimonial do Exercício.
- e) Demonstrativo das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas – É o Demonstrativo constante do Anexo 1 da Lei 4.320/1964, que segundo o Artigo 101 da citada Lei, deverá compor os demonstrativos que acompanham os resultados gerais do exercício financeiro.

Além das técnicas contábeis de Escrituração e da elaboração das demonstrações contábeis, tem-se a técnica da:

- a) Análise de Balanços Públicos: consiste na técnica em que se interpreta os demonstrativos pela análise Horizontal e Vertical dos Balanços e pelo uso de indicadores.

- b) Auditoria: consiste na análise dos dados, de acordo com normas contábeis editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e terminando com a emissão de parecer sobre adequação das demonstrações contábeis.

UMA ABORDAGEM SOBRE GESTÃO VOLTADA PARA O RESULTADO

A administração pública tem uma capacidade sinérgica de caráter específico, determinado pelo poder que o Estado pode desenvolver a cada conjuntura de agir sobre aspectos cruciais da sociedade e promover mudanças.

Segundo Teixeira & Santana (1994, p. 7) “O Estado, como instância societal, articula necessidades diferentes de indivíduos, grupos, classes sociais e outros segmentos da sociedade; estas necessidades, em interação, tem um efeito multiplicador, de dimensão macro, que confere ao Estado um potencial transformador, de caráter uno, em relação à sociedade global”.

A moderna administração pública deve gerenciar os processos, medindo constantemente seu desempenho.

Segundo Teixeira & Santana (1994, p. 85) “Um sistema de indicadores, adequadamente definido, funciona como um instrumento de racionalização e modernização da gestão. Ele delimita o campo observável da ação a ser desenvolvida, facilitando a identificação dos objetivos e metas a serem perseguidos por uma organização ou área governamental; propicia a concentração de esforços e, conseqüentemente os meios para alcança-los”.

A preocupação com resultados se instala como uma nova dinâmica nos sistemas de gestão e se impõe, como um fator de transformação a uma administração acostumada a pensar nos insumos de que considera necessitar e quase nunca no produto das ações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DESPESAS DE INVESTIMENTOS

A distribuição setorial e regional da formação de capital do setor público exerce influência decisiva não somente sobre a taxa de crescimento, mas também sobre a distribuição dos resultados (REZENDE, 2010, p. 324).

Para o caso de despesas com investimentos se faz necessário estabelecer uma distinção entre os efeitos diretos, que resultarão nos gastos que serão promovidos durante o ano, relacionando-os com os efeitos redistributivos de longo e médio prazo dos projetos. A construção de uma via pública pode exercer no curto prazo, um efeito de distribuição de renda com a geração de empregos e em longo prazo, o melhoramento das condições para o desenvolvimento da cidade ou região.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O objeto deste estudo leva em consideração o IFGF e os principais demonstrativos contábeis, ainda em vigor pela Lei Federal 4.320/1964, disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá (PMC)⁵ - link transparência fiscal.

Os objetos de análise foram os demonstrativos: o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstrativo das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas dos exercícios financeiros de 2008, 2009, 2010 e 2011.

O procedimento metodológico utilizado foi exploratório, por possibilitar descrever hipóteses a partir dos fatos expostos, IFGF e os demonstrativos contábeis da PMC.

Utilizou-se a técnica de análise horizontal procurando demonstrar a tendência de um exercício para o outro com base nas principais contas retiradas dos referidos Balanços, bem como a utilização do indicador de liquidez e análises feitas, mediante conhecimento com base nas informações geradas do aspecto qualitativo e quantitativo das contas nos respectivos balanços.

ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA

Este estudo ao nutrir-se da base dos dados da pesquisa realizada pela FIRJAM disponibiliza a possibilidade de se extrair dados em várias dimensões, produzindo informações factuais ou conjecturais com possibilidades de provas, afirmações ou refutações, futuras.

Classificação	CONCEITO	IFGF	CIDADES
Gestão de Excelência	“A”	0,8805	Porto velho
		0,8423	Vitória
		0,8017	Porto Alegre
Boa Gestão	“B”	0,7797	São Paulo
		0,7684	Curitiba
		0,7617	Campo Grande
		0,7210	Florianópolis

Quadro 01 – IFGF dos melhores desempenhos entre as capitais (adaptado).

Fonte: Elaborado pelos autores

⁵ <http://www.cuiaba.mt.gov.br/transparencia/>

É possível destacar no IFGF os indicadores das sete capitais que tiveram os melhores desempenhos entre os 500 melhores resultados do país em 2010:

O relatório da FIRJAM apresenta ‘dados’ que possibilitam análises sobre estes desempenhos a qual se consideram relevantes:

- a) Porto Velho foi avaliada com conceito “A” em todos os indicadores, exceto no IFGF Gasto com Pessoal, em que recebeu conceito “B”.
- b) Na capital do estado de Rondônia, o aumento da arrecadação originado das obras de usinas hidrelétricas permitiu que a prefeitura investisse sem precisar postergar despesas nem se endividar para financiar os projetos.
- c) São Paulo garantiu o quarto lugar entre as capitais brasileiras devido a notas máximas em duas das cinco variáveis pesquisadas: Receita Própria e Gasto com Pessoal. O que se observa é que a gestão fiscal do município foi bem-sucedida ao transformar seu potencial de arrecadação em recursos para os cofres municipais.
- d) Na faixa intermediária do ranking das capitais, com desempenho geral B: Belo Horizonte - 12º lugar, e Rio de Janeiro - 14º lugar.

São exemplos de que ter elevado nível de arrecadação tributária não é garantia de bons resultados nos demais indicadores.

Na capital mineira registrou-se dificuldade na execução dos restos a pagar e elevado custo de endividamento.

Na capital fluminense, além das despesas com juros e encargos da dívida, pesou o histórico de elevados gastos com a folha de salários. Em contrapartida, a cidade do Rio de Janeiro registrou uma situação de liquidez confortável, na qual os ativos financeiros superaram com folga os restos a pagar acumulados em 2010.

Em relação ao município de Cuiabá / Mato Grosso a análise das contas públicas da revelou:

- a) Um quadro de elevado custo de endividamento – 2,2 vezes a média das capitais – e de significativo comprometimento com restos a pagar – em 2010 foram equivalentes a 1,5 vezes o ativo financeiro.
- b) O último lugar do ranking (0,3713 pontos), sendo o pior resultado entre as capitais brasileiras e a única a apresentar conceito D (gestão crítica), no resultado geral.

Os dados apresentados pela pesquisa FIRJAM sobre o município de Cuiabá são:

Classificação	CONCEITO	ANO	IFGF
Gestão em Dificuldade	“C”	2006	0,4549
		2007	0,4058
		2008	0,5719
Gestão Crítica	“D”	2009	0,3538
		2010	0,3713

Quadro 02 – Demonstrativo do desempenho de Cuiabá de 2006 a 2010 (adaptado).

Fonte: Elaborado pelos autores

QUESITOS	2008	2009	2010
Receita própria	“B” – 0,6454	“C” – 0,5898	“B” – 0,6619
Gestão com pessoal	“B” – 0,703	“C” – 0,5629	“C” – 0,557
Investimento	“C” – 0,531	“D” – 0,3226	“D” – 0,315
Liquidez	“C” – 0,4919	“D” – 0,0673	0,000
Custo da dívida	“D” – 0,3832	“D” – 0,0668	“D” – 0,2926

Quadro 03 – Demonstrativo do desempenho de Cuiabá de 2008 a 2010 (adaptado).

Fonte: Elaborado pelos autores

Os quesitos considerados no indicador IFGF significam:

- Receita Própria: capacidade de arrecadação;
- Gastos com Pessoal: quanto os municípios com a folha de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento;
- Liquidez: verifica a relação entre o total de Restos a Pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte;
- Investimentos: mostra o total de investimentos em relação à receita Líquida;
- Custo da Dívida: avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Segundo os dados da PMC dos exercícios financeiros de 2008, a 2011 de: Balanços Orçamentários, Balanços Financeiro, Balanços Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstrativos das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas, vê-se que:

Tabela 01

Comparativo para uma Análise Horizontal - Análise de tendência (adaptado).

t.	Itens/Ano	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
1	Receitas Correntes Realizadas	733.099.624	100	755.164.089	103	838.130.103	110,99	1.064.833.711	127,05
2	Receitas de Capital Realizadas	58.532.486	100	22.774.949	38,91	14.430.436	63,36	7.694.114	53,32
3	Insuficiência de Arrecadação Verificada	94.443.551	100	187.956.960	199	402.321.074	214,05	202.467.557	50,32
4	Despesas Correntes Realizadas	730.185.982	100	697.505.910	95,52	820.026.966	117,57	955.660.132	116,54
5	Despesas de Capital Realizadas	11.869.565	100	85.374.713	719,3	78.822.878	92,33	78.508.600	99,60
6	Despesas com Pessoal e Encargos	314.357.143	100	368.925.607	117,4	417.255.384	113,10	458.183.751	109,81
7	Resultado na Execução	49.576.563	100	24.729.014	-49,9	46.289.305	187,19	38.359.093	-82,87
8	Dívida Fundada	428.285.803	100	424.379.573	99,09	488.850.133	115,19	587.179.965	120,11
9	Amortização da Dívida	18.525.470	100	39.768.810	214,7	30.341.277	76,29	36.368.893	119,87
0	Saldo de Serviços da Dívida a Pagar do BP	10	100	10	100	10	100,00	10	100,00
1	Despesas com Juros e Encargos da Dívida	23.322.908	100	23.181.644	99,39	23.543.731	101,56	24.577.678	104,39
2	Ativo Financeiro Disponível	83.652.375	100	96.032.800	114,8	97.687.592	101,72	137.416.768	140,67
3	Saldo no BP de Restos a Pagar Processados	71.966.583	100	113.842.783	158,2	141.788.920	124,55	138.167.309	97,45
4	Saldo no BP de Restos a Pagar Não Processados	2.149.814	100	1.646.988	76,61	16.856.202	1023,46	10.903.582	64,69
5	Restos a Pagar Processados Inscritos	40.419.205	100	75.400.194	186,5	88.546.593	117,44	78.970.398	89,19
6	Restos a Pagar Não Processados Inscritos	0	100	0	0	16.725.664	100,00	10.777.854	64,44
7	Restos a Pagar Processados Pagos	53.404.945	100	34.026.819	63,71	60.600.457	178,10	82.545.498	136,21

8	Restos a Pagar Não Processados Pagos	16.571.188	100	0	0	1.516.450	100,00	8.521.688	561,95
9	Operação de Crédito Realizada	1.731.056	100	487.500	28,16	0	0,00	0	0,00
0	Despesas com Investimentos	73.949.516	100	45.605.903	61,67	48.050.756	105,36	42.139.706	87,70

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na Tabela 01 que:

- a) O item 09 – Dívida Fundada ou Estoque da Dívida, verifica-se que entre 2008 e 2009, houve uma redução de 9,01%; entre 2009 a 2010, ocorreu um aumento de 15,19% e entre 2010 a 2011, o aumento foi de 20,11%, portanto há uma tendência do aumento do Estoque da Dívida.

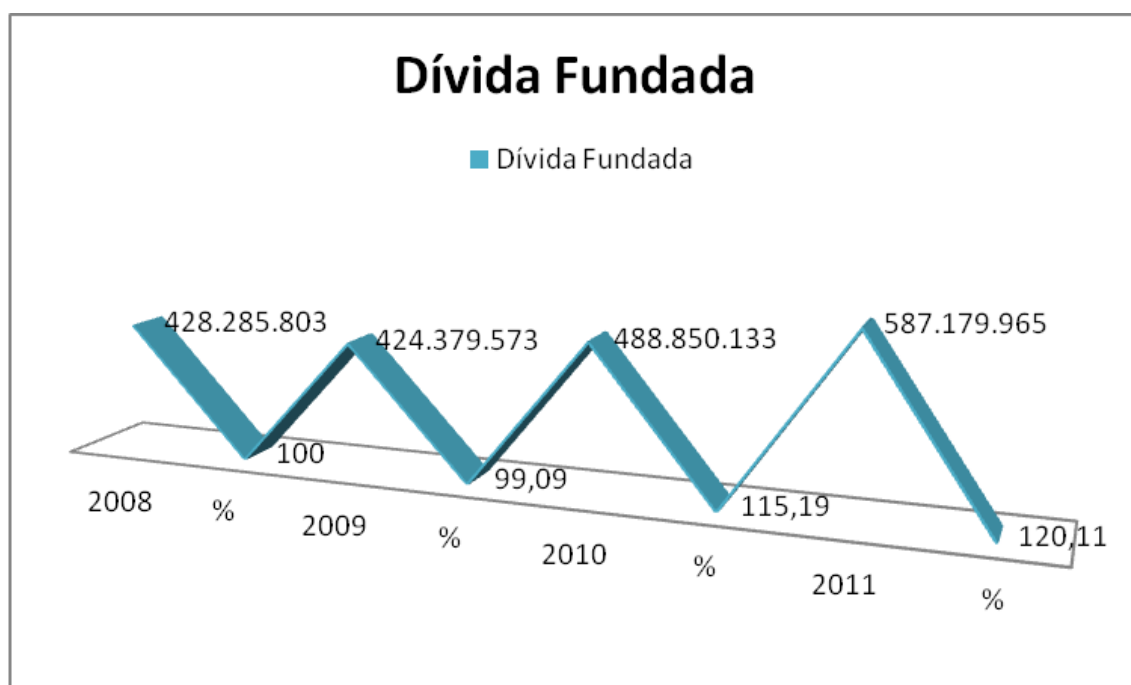


Figura 01 – Dívida Fundada

Fonte: Tabela 1 deste trabalho.

- b) Verifica-se no item 19 – Operações de Crédito Realizadas, que a Prefeitura Municipal de Cuiabá não está contraindo novos empréstimos e em uma análise nos itens 09 – Amortização da Dívida e item 10 - Saldo de Serviços da Dívida a Pagar do BP que a Prefeitura está honrando o Principal da Dívida e os Juros e Encargos da Dívida.
- c) Outras análises podem ser feitas em outros relatórios contábeis para verificar o motivo do crescimento de 20,11% em relação ao ano anterior do Saldo no Balanço Patrimonial do valor da Dívida Fundada em 2011.

- d) Nos itens 13 e 14 - Saldo no Balanço Patrimonial de Restos a Pagar, verifica-se que há uma tendência crescente de aumento dessa Conta, pois entre 2008 a 2009 houve um aumento significativo de 58% nos Restos a Pagar Processados.
- e) E entre 2009 e 2010 ocorreu um aumento de 37% nos Restos a Pagar Processados.



Figura 02 – Evolução da conta RESTOS A PAGAR nos Balanços

Fonte: Tabela 1 deste trabalho.

- a) Entre 2010 a 2011 houve uma redução do saldo com relação ao ano anterior, em torno de 12%, essa redução se deve ao volume de pagamentos efetuados que podem ser vistos nos itens 17 e 18 da Tabela 01. Uma informação importante é que para o ano de 2012 a Prefeitura terá que cumprir o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Analisando os itens 11, 12 e os itens 13 e 14, obtêm o índice de liquidez e o problema da Liquidez apontado no IFGF de 2010 se confirma, verificando que do saldo do disponível de 2010, faltava ainda 50% para cobrir o Saldo de Restos a Pagar do Balanço Patrimonial. Analisando o ano de 2011 ainda faltam 1% de disponível para cobrir o Saldo de Restos a Pagar do Balanço Patrimonial.

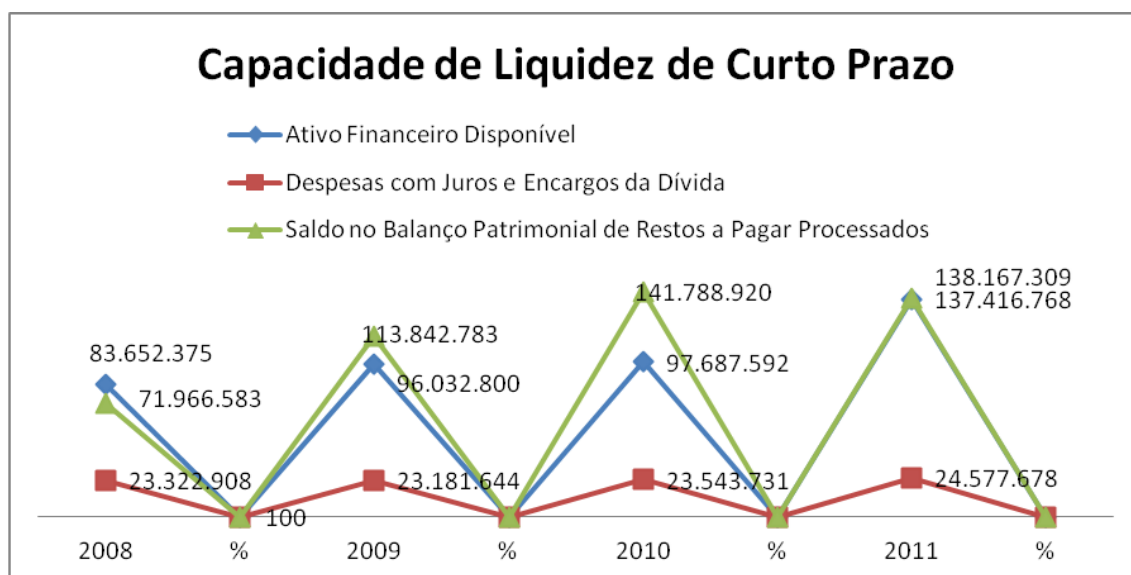


Figura 03 – Capacidade de Liquidez de Curto Prazo

Fonte: Tabela 1 deste trabalho.

- c) Em relação ao item 03 - Insuficiência de Arrecadação Verificada constata-se claramente que há um problema de ineficiência na arrecadação no período de 2008 a 2011. Esse fato é identificado nos Balanços Orçamentários e no item 01 da Tabela 01 que em todos os exercícios financeiros verificou-se um Déficit entre a Receita Prevista e a Realizada.

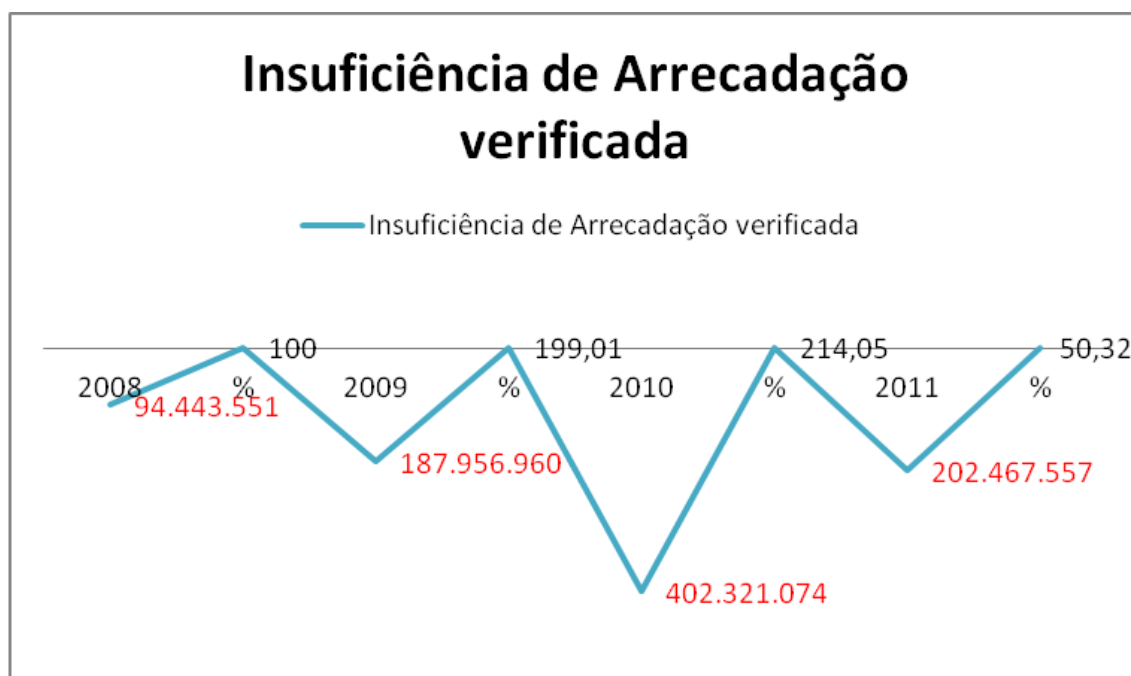


Figura 04 – Insuficiência de Arrecadação verificada

Fonte: Tabela 1 deste trabalho.

- d) E essa tendência continua quando da Execução do Orçamento, tendência essa que pode ser verificada pelo Gráfico Resultado de Execução onde os Déficits ocorrem quando se compara a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada.

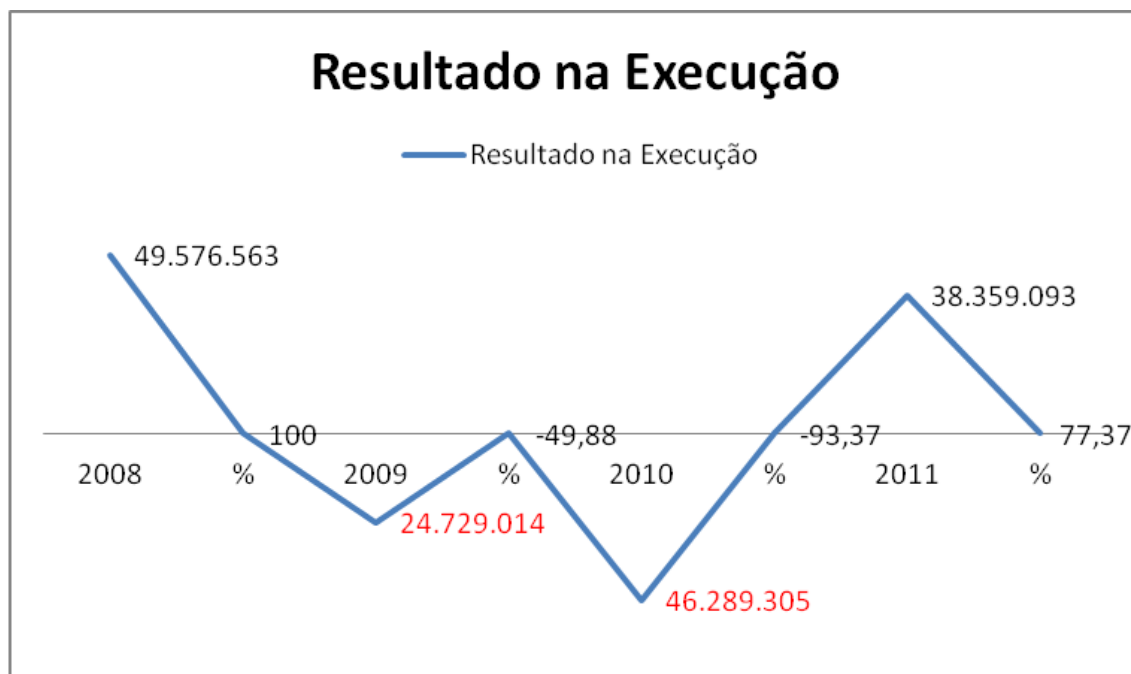


Figura 05 – Resultado na Execução

Fonte: Tabela 1 deste trabalho.

A Prefeitura Municipal de Cuiabá tem, portanto que conseguir gerar mais ‘Receita’, sem aumentar as despesas de Pessoal e diminuir as despesas de manutenção dos serviços internos para poder gerar ‘Investimentos’ e manter os Serviços essenciais de Saúde, Educação à Sociedade, dimensões que justificam a existência da governança pública e o conceito de ‘Estado’.

A questão é ‘Vai sobrar para o Contribuinte?’ pois já se paga muitos Impostos e se têm resultados questionáveis e de qualidades duvidosas. Assim, é possível questionar ‘Qual a receita que foi PREVISTA e que menos arrecadou e que está gerando a Insuficiência de Arrecadação?’.

Para identificar a devida resposta faz-se necessário uma análise junto aos Balanços Orçamentários dos anos de 2009 a 2011 estabelecendo uma relação entre as Receitas Previstas e as Receitas Executadas.

Ao verificar no Demonstrativo das Variações Patrimoniais a conta Inscrição da Dívida Ativa e a conta Receita da Dívida Ativa com relação aos exercícios financeiros de 2009 a 2011, constatou-se que:

Ano	Inscrição da Dívida Ativa	Receita da Dívida Ativa
2009	0,00	6.873.349,
2010	40.922.769,	8.717.440,
2011	28.571.871,	9.593.539,

Quadro 04 – Comparativo da Dívida Ativa Inscrita e a Recebida (adaptado).

Fonte: Elaborado pelos autores

Na conta Inscrição da Dívida Ativa são registrados os Créditos lançados pela fazenda Pública e não arrecadados até o encerramento do exercício financeiro e na conta Receita da Dívida Ativa são registrados os recebimentos dos créditos inscritos anteriormente. É importante para identificar melhor se o problema está realmente na Receita Tributária que é composta pelos principais tributos municipais: IPTU, ISSQN, ITBI e IRRF e pelo fato dos contribuintes não estarem pagando seus impostos ou se o problema da liquidez está em outros fatores.

Tomando-se como base as informações anteriores e na análise nos Balanços Orçamentários de 2009 a 2011 da Prefeitura Municipal de Cuiabá pode-se sintetizar que:

- a) As Receitas Tributárias no ano de 2009 teve insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 20.095.968,00; no ano de 2010 houve Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 9.445.374,00 e no ano de 2011 ocorreu Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 30.066.153,00, portanto não está nas Receitas Tributárias o problema da ineficiência de arrecadação, pois estas se comportando dentro dos limites para o qual foi Previsto e até está arrecadando mais. E assim livra o contribuinte desta parcela.
- b) Pode-se verificar, por meio dos Balanços Orçamentários do Ano de 2009 a 2011, que o Problema está na Previsão das Receitas de Operação de Crédito e RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL, principalmente este último.
- c) Pode-se perceber que na conta TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL houve ineficiência de arrecadação nos três exercícios financeiros analisados. No ano de 2009 a ineficiência de arrecadação foi no valor de R\$ 118.168.550,00, no ano de 2010 foi no valor de 363.187.313 e no ano de 2011 foi no valor de R\$ 292.483.115,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma breve análise aos indicadores do índice FIRJAN verifica-se que os melhores desempenhos entre as capitais ficaram com Porto Velho, Vitória e Porto Alegre e que o pior desempenho entre as capitais e a única a apresentar conceito D, de gestão crítica, no resultado geral ficou com a cidade de Cuiabá / Mato Grosso.

Através deste estudo, pode-se verificar que comparando a receita tributária prevista pela Prefeitura Municipal de Cuiabá com a receita tributária arrecadada, está se comporta dentro dos limites previstos, gerando uma receita arrecadada, bem além daquela que fora prevista, ou seja, o contribuinte tem feito cumprido o seu papel nesse processo tributário. As receitas próprias, porém são insuficientes para cobrir as despesas de manutenção e ainda obter-se a parcela para os investimentos necessários.

Pode-se verificar que o problema está na dependência que da Prefeitura Municipal de Cuiabá tem em relação às receitas de Transferências de Capital e das Operações de Crédito que foram previstas, mas não foram efetivadas.

Este trabalho Após os levantamentos verificou a necessidade de enfatizar a busca pela eficiência na arrecadação mediante instrumentos e ferramentas de gestão, pois uma Prefeitura do porte da cidade de Cuiabá não pode ficar na dependência de transferências de convênios e de emendas constitucionais correndo o risco de não ter liquidez para cobrir suas despesas correntes.

Pode-se dizer que para se obter uma gestão eficiente e eficaz com os recursos públicos, principalmente para a cidade de Cuiabá, necessário se faz implementar modelos de gestão por indicadores, de ferramentas da área econômica no sentido de gerir as finanças públicas e a análise periódica dos demonstrativos contábeis obtendo importantes indicadores de gargalos prováveis na busca constante de conduzir os gastos para o índice aceitável, verificando os custos dos programas comparando aos benefícios que os mesmos gerarão a curto e longo prazo à sociedade.

Para finalizar, constatou-se através deste estudo que o uso da técnica contábil da escrituração, das demonstrações contábeis e da análise dos demonstrativos contábeis demonstrou ser um importante instrumento de gestão e se forem utilizados concomitantemente à execução orçamentária podem indicadores na execução das receitas e despesas, tornando-se uma ferramenta de informação para a tomada de decisões com a finalidade de corrigir os rumos da administração pública.

Espera-se através deste estudo ter contribuído para o esclarecimento do tema em questão, à luz da Contabilidade, tomando-se como base os Demonstrativos Contábeis

disponíveis na Internet pela Prefeitura Municipal de Cuiabá e de certa forma contribuir para o esclarecimento da sociedade que é a esta quem mais nós se deve estar gerando informação.

Sugere-se a partir desta pesquisa novos estudos, que possam buscar mais informações acerca desse assunto, além de outras análises que contribuam para interpretações desses demonstrativos com o objetivo de interpretar novas estratégias de gestão pela busca eficiência e eficácia da arrecadação da Receita Própria, pois conforme pode-se verificar, os indicadores IFGF que fizeram a diferença para as Prefeituras com um desempenho favorável.

REFERÊNCIAS

_____. **RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08 *Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil***

_____. **RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.128/08 *Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação da Contabilidade Pública.***

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos “e balanços da União, dos Estados”¹, dos Municípios e do Distrito Federal.**

CFC-Conselho Federal de Contabilidade. **RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.133/08: *Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.***

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Site <http://www.cuiaba.mt.gov.br/transparencia/> consultado em 09 de maio de 2012.

FIRJAM. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Site <http://www.firjan.org.br/IFGF>. Consultado de 09 de março de 2012 a 09 de maio de 2012.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública. São Paulo, Atlas, 2007.

MATIAS, José P. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo, Atlas, 2005.

MOTA, Francisco G. L. Contabilidade aplicada ao Setor público. Brasília, 2011.

REZENDE, Fernando A. R. da Silva. Finanças Públicas. São Paulo, Atlas, 2010.

SILVA, Lino M. da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo, Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Hélio J. & SANTANA, Solange M. [coord.]. Remodelando a gestão pública. São Paulo, Editora Edgard Blücher, 1994.

ANEXO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

BALANÇO CONSOLIDADO - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Anexo 12, da Lei n.º 4.320/64)

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	857.206.000,00	786.482.570,52	70.723.429,48	Aplicações Diretas	946.057.431,42	782.880.624,05	163.176.807,37
Receita Tributária	174.842.000,00	154.746.031,91	20.095.968,09	Créditos Inicial e Suplementar	942.290.591,78	779.113.784,41	163.176.807,37
Receita de Contribuições	41.502.000,00	37.848.203,54	3.653.796,46	Créditos Especiais	3.766.839,64	3.766.839,64	0,00
Receita Patrimonial	4.979.000,00	9.889.414,74	-4.910.414,74	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	Créditos Intra Orçamentários	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	Despesa Intra Orçamentárias	19.838.568,58	19.787.429,83	51.138,75
Receita de Serviços	524.000,00	740.940,54	-216.940,54	Créditos Inicial e Suplementar	19.838.568,58	19.787.429,83	51.138,75
Transferências Correntes	613.251.000,00	571.002.535,76	42.248.464,24				
Outras Receitas Correntes	22.108.000,00	12.255.444,03	9.852.555,97				
Receitas de Capital	154.253.000,00	22.774.949,86	131.478.050,14				
Operações de Crédito	13.869.000,00	487.500,00	13.381.500,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	140.384.000,00	22.215.449,86	118.168.550,14				
Outras Receitas de Capital	0,00	72.000,00	-72.000,00				
Receitas Intra Orçamentárias	15.204.000,00	25.540.561,36	-10.336.561,36				
Receita de Contribuições	15.204.000,00	25.414.276,48	-10.210.276,48				
Outras Receitas Correntes	0,00	126.284,88	-126.284,88				
Dedução da Receita Corrente	-60.767.000,00	-56.859.042,10	-3.907.957,90				
Dedução da Receita Tributária	-1.116.000,00	-162.885,14	-953.114,86				
Dedução Transferência Corrente	-59.651.000,00	-56.694.888,52	-2.956.111,48				
Dedução de Outras Receitas	0,00	-1.268,44	1.268,44				
SOMA	965.896.000,00	777.939.039,64	187.956.960,36	SOMA	965.896.000,00	802.668.053,88	163.227.946,12
DÉFICITS	0,00	24.729.014,24	-24.729.014,24	SUPERÁVITS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	965.896.000,00	802.668.053,88	163.227.946,12	TOTAL	965.896.000,00	802.668.053,88	163.227.946,12



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

BALANÇO CONSOLIDADO - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Anexo 12, da Lei n.º 4.320/64)

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	915.989.305,00	878.584.277,50	37.405.027,50	Aplicações Diretas	1.226.918.131,77	871.649.795,35	355.268.336,42
Receita Tributária	185.965.938,00	195.411.312,75	-9.445.374,75	Créditos Inicial e Suplementar	1.226.910.131,77	871.644.684,35	355.265.447,42
Receita de Contribuições	44.804.000,00	37.584.951,42	7.219.048,58	Créditos Especiais	8.000,00	5.111,00	2.889,00
Receita Patrimonial	1.957.528,00	11.089.417,37	-9.131.889,37	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	Créditos Intra Orçamentários	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	Despesa Intra Orçamentárias	27.963.482,23	27.200.049,64	763.432,59
Receita de Serviços	1.203.386,00	893.363,08	310.022,92	Créditos Inicial e Suplementar	27.963.482,23	27.200.049,64	763.432,59
Transferências Correntes	649.333.603,00	608.130.814,04	41.202.788,96				
Outras Receitas Correntes	32.724.850,00	25.474.418,84	7.250.431,16				
Receitas de Capital	387.011.190,00	14.430.436,17	372.580.753,83				
Operações de Crédito	9.575.440,00	0,00	9.575.440,00				
Alienação de Bens	0,00	182.000,00	-182.000,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	377.435.750,00	14.248.436,17	363.187.313,83				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra Orçamentárias	16.362.935,00	19.972.699,13	-3.609.764,13				
Receita de Contribuições	16.362.935,00	19.781.908,91	-3.418.973,91				
Outras Receitas Correntes	0,00	190.790,22	-190.790,22				
Dedução da Receita Corrente	-64.481.816,00	-60.426.873,36	-4.054.942,64				
Dedução da Receita Tributária	-3.600.000,00	-190.338,67	-3.409.661,33				
Dedução Transferência Corrente	-60.881.816,00	-60.235.121,52	-646.694,48				
Dedução de Outras Receitas	0,00	-1.413,17	1.413,17				
SOMA	1.254.881.614,00	852.560.539,44	402.321.074,56	SOMA	1.254.881.614,00	898.849.844,99	356.031.769,01
DÉFICITS	0,00	46.289.305,55	-46.289.305,55	SUPERÁVITS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.254.881.614,00	898.849.844,99	356.031.769,01	TOTAL	1.254.881.614,00	898.849.844,99	356.031.769,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
BALANÇO CONSOLIDADO - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Anexo 12, da Lei n.º 4.320/64)

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	990.065.236,00	1.063.041.325,47	72.976.089,47	Aplicações Diretas	1.219.140.229,23	980.910.781,63	-238.229.447,60
Receita Tributária	236.761.750,00	266.827.903,42	30.066.153,42	Créditos Inicial e Suplementar	1.195.940.229,23	958.687.695,79	-237.252.533,44
Receita de Contribuições	38.609.000,00	43.560.126,67	4.951.126,67	Créditos Especiais	23.200.000,00	22.223.085,84	-976.914,16
Receita Patrimonial	5.987.114,00	38.803.420,44	32.816.306,44	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	Créditos Intra Orçamentários	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	Despesa Intra Orçamentárias	33.538.525,77	30.941.322,16	-2.597.203,61
Receita de Serviços	1.345.651,00	1.124.668,22	-220.982,78	Créditos Inicial e Suplementar	33.538.525,77	30.941.322,16	-2.597.203,61
Transferências Correntes	674.291.228,00	680.548.819,16	6.257.591,16				
Outras Receitas Correntes	33.070.493,00	32.176.387,56	-894.105,44				
Receitas de Capital	308.155.330,00	7.694.114,88	-300.461.215,12				
Operações de Crédito	8.898.200,00	0,00	-8.898.200,00				
Alienação de Bens	0,00	914.500,00	914.500,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	299.257.130,00	6.774.014,88	-292.483.115,12				
Outras Receitas de Capital	0,00	5.600,00	5.600,00				
Receitas Intra Orçamentárias	21.312.070,00	34.584.093,24	13.272.023,24				
Receita de Contribuições	21.016.070,00	33.480.243,18	12.464.173,18				
Outras Receitas Correntes	296.000,00	1.103.850,06	807.850,06				
Dedução da Receita Corrente	-66.853.881,00	-65.368.983,53	1.484.897,47				
Dedução da Receita Tributária	-3.600.000,00	-281.167,85	3.318.832,15				
Dedução Transferência Corrente	-63.253.881,00	-65.018.751,41	-1.764.870,41				
Dedução de Outras Receitas	0,00	-69.064,27	-69.064,27				
Transferências Recebidas	22.316.629,02	22.316.629,02	0,00	Transferências Concedidas	22.316.629,02	22.316.629,03	0,01
Transferência Financeira	22.316.629,02	22.316.629,02	0,00	Transferência Financeira	22.316.629,02	22.316.629,03	0,01
Interferências Ativas	0,00	10.260.647,47	10.260.647,47	Interferências Passivas	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira	0,00	10.260.647,47	10.260.647,47	Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.274.995.384,02	1.072.527.826,55	-202.467.557,47	SOMA	1.274.995.384,02	1.034.168.732,82	-240.826.651,20
DÉFICITS	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVITS	0,00	38.359.093,73	38.359.093,73
TOTAL	1.274.995.384,02	1.072.527.826,55	-202.467.557,47	TOTAL	1.274.995.384,02	1.072.527.826,55	-202.467.557,47